

# Governo muda esquema de sustentação

JOÃO EMÍLIO FALCÃO  
Repórter Especial

O presidente José Sarney está preocupado com a eficiência do seu esquema de sustentação política e vai modificá-lo seja qual for o resultado da votação de hoje em torno do seu mandato. A reformulação deverá implicar em mudanças no Ministério, que não participou, como um todo, da luta pela preservação dos cinco anos.

Lamenta o Presidente que, apesar de todas as suas atenções, setores do PMDB continuem hostilizando-o e procurando reduzir seu mandato, como se ele fosse o culpado pela morte do ex-Presidente Tancredo Neves. Há, porém, surpresas gratas como o apoio que tem recebido dos ministros Luiz Henrique (Ciência e Tecnologia) e Borges da Silveira (Saúde).

## INTERESSE

O surgimento do "centrão" como oposição à predominância das esquerdas na Constituinte está sendo acompanhado com o maior interesse pelo Presidente da República. A expectativa é de que o grupo não apenas corrija os excessos aprovados pela Comissão de Sistematização, como se transforme na principal base de apoio do Governo em sua nova fase.

O centrão, porém, não tem nem unidade política, nem ideológica. Muitos dos que assinaram a lista, como os senadores Marco Maciel (PFL-PE) e Jorge Bornhausen (PFL-SC) e o deputado João Agripino (PMDB-PB), fizeram-no

apenas para que pudessem ser apresentadas novas emendas na fase de votação no plenário.

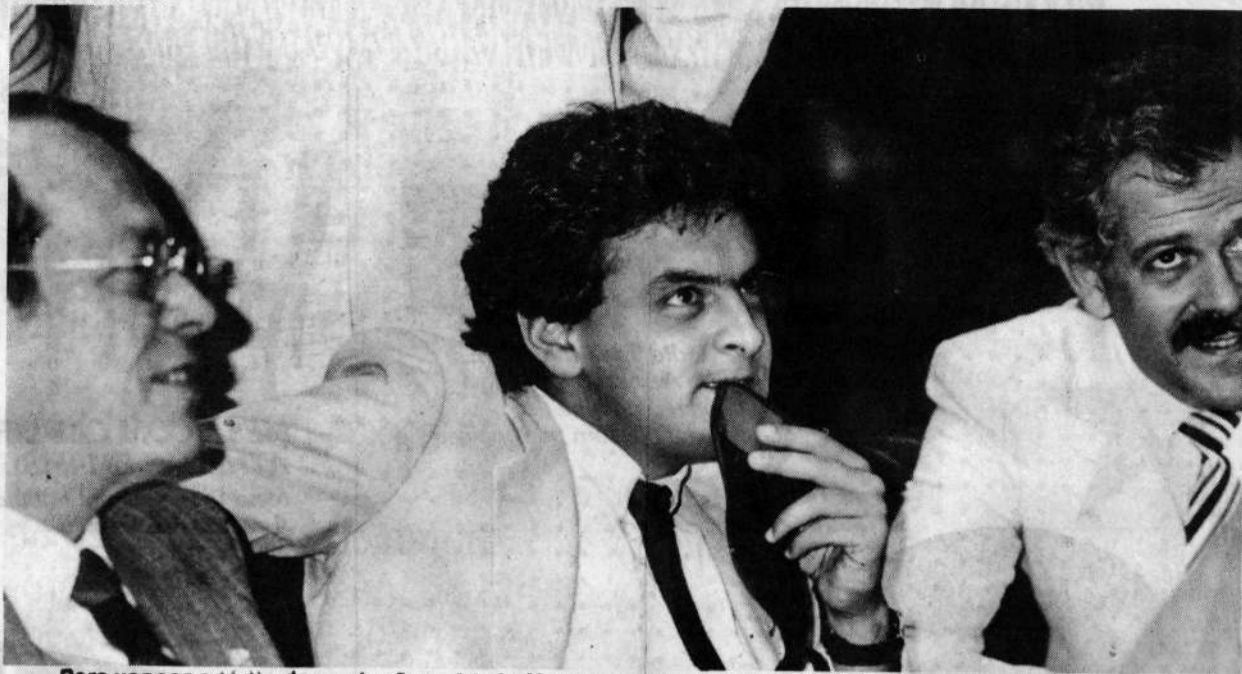
Após o término da Comissão de Sistematização, na terça-feira vindoura, é que se terá uma idéia da consistência do centrão, que hoje agruparia cerca de 350 constituintes. A tendência é selecionar seis ou oito itens principais, na área social e econômica, e tentar a redação de emendas que tenham o apoio de todos. Se isso for conseguido, o centrão aumentará de importância. Se não for, será uma página virada.

## LEALDADES

A luta em torno do mandato permitiu ao Presidente uma melhor identificação daqueles em que pode confiar. O ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, é, no momento, um dos nomes de maior prestígio junto ao Presidente, que lhe admira sua lealdade. Aureliano foi, inclusive, decisivo para a posição do Presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP). E que ambos se comprometeram, há meses, lutar pelos cinco anos e estão cumprindo o acerto.

Estão com força total, também, os ministros Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil) que assumiu, na prática, a coordenação política porque o ministro da Justiça estava viajando e os ministros Prisco Viana (Desenvolvimento Urbano), Borges da Silveira, Luiz Henrique e José Hugo Castello Branco (Indústria e Comércio). Foi com eles que o Presidente contou, efetivamente, nesta reunião em que seu mandato ficou ameaçado.

GIVALDO BARBOSA



Para vencer o tédio das votações, Aécio Neves morde a gravata, hábito herdado do avô Tancredo

## Cada constituinte com sua mania

VERA RAMOS  
Da Editoria de Política

Faltando poucos dias para completar dois meses de sua instalação, a Comissão de Sistematização já se notabilizou como a mais trabalhosa. As sessões avançam noite adentro, sem respeitar sábados, domingos ou feriados. Para os 93 titulares da Comissão, não há escapatória. Até o dia 17, a ordem é votar.

Em meio às inúmeras votações de emendas e preferências, os constituintes já apresentam sinais de cansaço, pelo excesso de trabalho e pela monotonia do processo de votação em si. E, para fugir da rotina, os parlamentares desenvolvem manias e tiques. Há quem prefira andar de um lado para outro, fazendo um cooper constitucional. Outros se refugiam no salão de café, dentro do plenário, conchavando ou assistindo TV.

## FUGIR DA ROTINA

O deputado Wladimir Palmeira (PT-RJ) não consegue disfarçar o tédio nas sessões de votação. Ele passa a maior parte do tempo caminhando. O seu

cooper constitucional é sempre o mesmo: dá doze passos do fundo até o meio do plenário, ora estalando os dedos, ora balançando os braços. Quando a discussão avança para a votação, Palmeira dá uma paradinha. Actona a senha na mesa individual de votação e, por alguns minutos, permanece sentado. Quando o painel eletrônico registra os votos, ele se certifica que o seu foi computado. Em seguida, continua sua andança. Até o final da Sistematização, o deputado terá percorrido vários quilômetros.

Outro adepto do cooper constitucional é o líder da banca do PTB, deputado Gastone Righi. Com as mãos para trás, o constituinte prefere caminhar próximo à mesa da Sistematização, a poucos metros do microfone. Essa proximidade é estratégica e facilita eventuais apertes no decorrer das discussões.

O deputado Antonio Brito (PMDB-RS) desenvolveu um estilo à la Bonaparte. A exemplo de Palmeira e Righi, o deputado também gosta de caminhar pelo plenário. Invariavelmente, anda com as mãos segurando as lapelas do paletó. Ele percorre um trajeto perpendicular ao do consti-

tuinte Wladimir Palmeira, o que impossibilita trânsito ou batidas.

Afora os maratonistas de plenário, os lugares onde se sentam titulares da Sistematização demonstram que as diferenças ideológicas não se limitam às votações. E praticamente impossível que um representante do PDS escolha uma mesa próxima à liderança do PMDB ou vice e versa. No tradicional estilo "cada macaco no seu galho", os constituintes dividiram o plenário da seguinte maneira:

A corrente mais progressista senta-se, de uma maneira geral, do lado esquerdo do plenário. Na primeira fila, estão as cadeiras cativas da liderança do PMDB, do líder Mário Covas, do vice-líder, Euclides Scalco, entre outros. No meio deles, o deputado Aécio Neves (PMDB-MG) costuma demonstrar que herdou do avô Tancredo também o costume de morde a ponta da gravata.

Para contrapor aos peemedebistas, a primeira fila do lado direito pertence ao PDS. Nela, sentam-se, lado a lado, os senadores Jarbas Passarinho, Virgílio Távora, os deputados Gerson

Peres e Adilson Motta. Atrás da liderança do PDS, ficam os lugares prediletos de alguns representantes do PFL, como o deputado Paulo Pimentel, que se afilia ideologicamente mais com o PDS do que com o próprio partido.

Na terceira fileira, ainda do lado direito, o PTB tem lugar cativo. Lado a lado, sentam-se os deputados Gastone Righi, Francisco Rossi e Joaquim Bevilacqua. Também na mesma fileira, mas do lado esquerdo, fica o constituinte Luís Inácio Lula da Silva, na companhia de outros petistas, e de representantes do PC do B, Aldo Arantes e Haroldo Lima, e do PSB, Beth Azize.

Nas cadeiras subsequentes, as diferenças ideológicas se neutralizam e é possível encontrar na mesma fileira, ao fundo do plenário, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e o deputado Fernando Santana (PCB-BA), ainda que separados por várias cadeiras.

Mas há também quem prefira não ter lugar cativo. O deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) pode ser encontrado em qualquer lugar, de preferência onde haja um grupo de parlamentares cochichando.

COQUELJO COSTA  
Ministro do TST

Tem importância fundamental para o povo americano o mecanismo judiciário e, sobretudo, a escolha de um juiz da Suprema Corte, porque tudo se resolve nos tribunais. O recente episódio da rejeição, pelo Senado, do nome do Juiz Bork por ser um ultraconservador e a desistência formulada pelo desembargador Ginsburg, indicado, em seguida, pelo presidente Reagan, confirmam o que a história daquela democracia sempre revelou em relação à composição da sua Corte Suprema.

A um amigo, que estranhou não haver Ginsburg negado que fumara maconha há muito tempo, esclareci que nos EUA é muito pior o homem público mentir do que puxar um baseado, tanto que agora, alguns candidatos à Presidência e parlamentares confessaram espontaneamente o mesmo pecado. Ginsburg, aliás, de pouca idade (41 anos) e escassa experiência judiciária (um ano na Corte de Columbia), embora ex-professor de Harvard e importante assessor na Casa Branca, perdeu moralmente a oportunidade máxima, só superada pela da Presidência da República, que outro, também por questão ética, viu escapar: Garry Hart. Ainda por cima, descobriu-se que a segunda e atual mulher de Ginsburg, médica, efetuou abortos quando estudante. Precisamente contra esta prática e o uso de drogas Nancy Reagan tem desenvolvido uma grande campanha pública nos EUA.

O carismático presidente Reagan diz que quer indicar um Juiz imbuído de seu papel julgante de interpretar e aplicar a lei, e não de criar o direito, como legislador, numa clara reação ao que considera excess-

Reconhecamos humildemente: tem mais lá do que cá...

os da Suprema Corte. E entende que o "Justice" tem de pensar, antes, nos direitos humanos das vítimas, do que nos que se apregoam em favor dos criminosos.

Isso faz lembrar o nosso País de hoje, em que a criminalidade no Rio, desentolida e audaz, desbancou a de Nova Iorque (mais um recorde!), e luta armada de bandos para conquistar pontos de vendas de drogas é show ao vivo na televisão, com entrevistas dos temidos "meio-quilo" dos morros mal vestidos, espetados de antenas de máquinas de fazer doido.

Quanto à magistratura, aqui a do Trabalho vai ter, ampliado pela Constituinte, o chamado "poder normativo", pelo qual, nas sentenças coletivas, os tribunais criam o direito como se legisladores fossem, numa reminiscência a mais do defunto corporativismo italiano. Esse sistema foi banido das legislações lá fora, onde a Justiça Trabalhista só tem competência para os dissídios individuais e os dissídios coletivos de natureza jurídica, em que se pede às cortes somente a interpretação jurídica de uma norma trabalhista preexistente, legal ou convencional.

Acho que, se optamos pelo capitalismo industrial moderno, numa sociedade de economia de mercado e livre empresa, são obsoletos institutos como o da sentença coletiva e o do sindicalismo único imposto por lei, que atenta contra o princípio da autonomia sindical, proclamada na Convenção nº 87 da OIT, que desde 1948 aguarda ratificação no Congresso Nacional.

Reconhecamos humildemente: tem mais lá do que cá...

Republicado por ter saído com incorreção gráfica.

## Diretas: sobremesa já antes do almoço

PAULO LUSTOSA

A discussão em torno da duração do mandato do presidente Sarney tem sido, com raríssimas exceções, superficial e casuística. Deixa de abordar aquilo que é seu aspecto central: a cronologia da transição. O atual sistema de poder foi moldado a partir de amplas negociações com a ordem anterior. Não tivemos ruptura institucional. As forças aglutinadas na chapa Tancredo Neves-José Sarney projetaram as etapas da travessia do arbítrio para a democracia. E a essa caminhada denominaram de transição.

Pois bem: as etapas então definidas são absolutamente claras e objetivas. Começaram com a remoção do entulho autoritário da legislação eleitoral. Eliminaram-se todos os obstáculos à organização partidária de modo a que todos os segmentos pudessem, em eleições absolutamente livres, disputar o seu espaço junto à Assembleia Nacional Constituinte — a etapa seguinte, e mais importante, da transição.

Estamos, neste momento, mergulhados nela. E, antes mesmo que se encerre, fala-se em convocação de eleições diretas para Presidente. Ora, se isso ocorresse agora, a Constituinte estaria praticando um ato autofágico, impedindo que o processo de transição — isto é, a consolidação da democracia — se consumasse.

Convocadas as eleições, o País virará, automaticamente, um gigantesco palanque. O centro dos debates políticos não mais será a Assembleia Nacional Constituinte, mas o processo sucessório. A nova ordem não mais emanará da Carta em elaboração: será ditada pelo candidato vencedor. Se este tiver posições contrárias às tendências dominante da Constituinte (por exemplo, em relação ao sistema de Governo), dificilmente deixará de usar do prestígio recém-obtido nas urnas para colocar em perigosa rota de colisão os parlamentares e a opinião pública.

Não é só. Num País dividido entre uma Constituinte em funcionamento e um Não haverá investidor, interno ou externo, disposto a correr riscos com seu capital. Preferirá cruzar os braços até que a nova ordem se apresente. E o País não pode esperar tanto tempo.

Convém lembrar, aos que pensam que a transição se encerra com a promulgação da futura Carta, que é preciso, a seguir, compatibilizar toda a legislação complementar e ordinária a esse novo País que dela emergirá. E isso é tarefa gigantesca, que reclamará todas as energias e inteligências do Congresso Nacional.

Tem mais. As assembleias legislativas terão que se transformar em constituintes estaduais, de modo a ajustar suas constituições à nova Carta. E essa etapa, num País que busca descentralizar sua vida, aumentando a taxa de democracia efetiva de seus cidadãos, é possivelmente a mais delicada, por se tratar do arremate de todo o processo constituinte.

Só aí — e já estaremos então em fins de 88 — estaremos em condições concretas de partirmos para o desfecho da transição, convocando eleições presidenciais diretas. Atropelar todas essas etapas, antecipando para agora esse processo, é um desserviço à democracia e ao País, um erro histórico gravíssimo, algo assim como servir a sobremesa antes do almoço — o que, no máximo, nos proporcionaria uma indigestão institucional.

O presidente Sarney tem sido, em que pesem todas as adversidades conjunturais que herdou, um zeloso cumpridor do cronograma da transição. Dispunha, pela Constituição em vigor, de um mandato de seis anos. Em nome do encurtamento da transição, dispôs-se, bem antes de o tema vir a ser tratado pela Constituinte, a abrir mão de um ano. Mostrou, com isso, demissão e sensibilidade política.

Sabe, melhor que ninguém, que seu compromisso é com a história. E nela o seu Governo ficará registrado como o que teve a delicada missão de viabilizar a travessia para o regime democrático de uma nação herdada do regime autoritário. Travessia pacífica, sim, mas certamente não passiva. As turbulências que ora enfrentamos são as dores do parto de um novo País, que está sendo gerado soberanamente pela Constituinte.

Diretas, agora, seriam um desvio de consequências imprevisíveis nessa trajetória.

\* Paulo Lustosa, ex-ministro e ex-deputado (PFL-CE), é presidente do Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae)